

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Direito Penal e Mínima Intervenção Estatal	5
Estado democrático de direito e direito penal.....	5
Bases do Direito Penal no Estado Democrático de Direito ...	7
Princípios Constitucionais no Estado Democrático de Direito.....	9
Delineamento Principiológico do Direito Penal Democrático	14
Princípio da Legalidade.....	14
Dignidade da Pessoa Humana e Princípio da Humanidade	17
Princípio da Exclusiva Proteção de Bens Jurídicos.....	21
Princípio da Intervenção Mínima em Matéria Penal..	29
Princípio da Subsidiariedade	39
Princípio da Fragmentariedade.....	47
O Ideário Iluminista em Matéria Penal	50
Direito Penal do Estado Absolutista	52
Movimento Humanitário	53

Capítulo 2 – Fundamentos Político-Jurídicos do Princípio da Insignificância: da Rejeição em Nome da Segurança Jurídica a sua Admissão com Base na Exigência de um Conceito Material de Tipicidade.....	59
Esforço histórico	59
Fundamentação principiológica.....	63
Insignificância e Intervenção Mínima	64
Insignificância e Subsidiariedade.....	66
Insignificância e Fragmentariedade	67
Insignificância e Proporcionalidade.....	68
Insignificância, Igualdade e Liberdade	69
Evolução do princípio da legalidade: sua relação com os princípios da insignificância e da ofensividade.....	72
Princípio da Ofensividade.....	74
Ofensividade e Crimes de Perigo Abstrato.....	77
Distinção entre Ofensividade e Insignificância	82
Natureza jurídico-penal da insignificância: exclusão da tipicidade material.....	83
Consequências jurídico-processuais.....	90
Princípio da Insignificância e Inquérito Policial	90
Princípio da Insignificância e Ação Penal	96
Ponderações às críticas objetadas à insignificância.....	103
Ausência de Tutela Jurídica.....	103
Ausência de Previsão Legal.....	105

Valoração da Ofensa em Crimes não Materiais.....	107
Imprecisão Conceitual e Insegurança Jurídica.....	108
Infrações de Menor Potencial Ofensivo, Causas de Diminuição de Pena e Tipos Penais Privilegiados	110
Capítulo 3 – Princípio da Insignificância e Produção Judicial do Direito Penal: a Jurisprudência da Suprema Corte em Face da Criminalidade de Bagatela	117
Critérios gerais adotados pela suprema corte para aferição do princípio da insignificância.....	117
Habitualidade ou contumácia delitiva: não incidência do princípio da insignificância.	119
Habitualidade delitiva: circunstância que deve ser apreciada em juízo de proporcionalidade para a aferição quanto à (in)aplicabilidade do princípio da insignificância ao caso concreto.	122
Reconhecimento do princípio da insignificância em casos de delinquência contra o patrimônio	124
Furto e reincidência ou contumácia delitiva: cotejamento necessário para a aferição da (in)aplicabilidade do princípio da insignificância	124
Furto de dois alto-falantes, avaliados em R\$ 115,00. Inaplicabilidade do princípio da insignificância em razão da habitualidade delitiva	129
Furto simples. Reincidência ou mau antecedente, por si só, não obsta a avaliação acerca da aplicabilidade do princípio da insignificância.....	129

Furto de um par de sandálias, avaliado em R\$ 16,00, por réu reincidente. Inaplicabilidade em face da reincidência do réu.....	130
Furto. Juízo de valoração acerca da “quantificação” da insignificância para fins de aplicabilidade penal. Técnica de comparação com o valor do salário mínimo vigente à época dos fatos	131
Furto privilegiado: previsão legal desta figura típica específica como elemento afastador da aplicabilidade do princípio da insignificância	132
Atipicidade material do fato típico x furto privilegiado: análise deve se dar pelo juízo de acordo com as circunstâncias do caso concreto	135
Furto qualificado. Inaplicabilidade em face das qualificadoras pertinentes à conduta.....	136
Furto qualificado. Aplicação excepcional do princípio da insignificância em virtude das particularidades do caso concreto	137
Tentativa de furto qualificado de quinze bombons, avaliados em R\$ 15,00. Inaplicabilidade do princípio da insignificância em face das qualificadoras pertinentes à conduta.....	138
Tentativa de furto qualificado de dois sabonetes líquidos íntimos, avaliados em R\$ 48,00. Inaplicabilidade do princípio da insignificância em face da qualificadora pertinente e à reincidência do agente	138

Furto de blusa no valor de R\$ 99,00. Aplicabilidade	139
Furto de codornas, avaliadas em R\$ 62,50. Aplicabilidade	139
Furto qualificado de oito galinhas e uma leitoa: qualificadora do concurso de pessoas, por si só, não impede o reconhecimento do princípio da insignificância	140
Furto durante o repouso noturno: causa de aumento de pena, por si só, não impede o reconhecimento do princípio da insignificância	140
Furto de um botijão de gás usado, estimado em R\$ 80,00: aplicabilidade.....	141
Furto de duas barras de ferro, avaliadas em R\$ 160,00, restituídas à vítima: aplicabilidade	141
Furto de 27kg de café, avaliados em R\$ 81,00: inaplicabilidade	142
Receptação: inaplicabilidade.....	142
Roubo: inaplicabilidade.....	143
Reconhecimento do princípio da insignificância em matéria de criminalidade tributária.....	144
Descaminho. Critério objetivo para aferição da aplicabilidade do princípio da insignificância.....	146
Descaminho. Critério objetivo para a incidência do princípio da insignificância, ressalvada a habitualidade delitiva	148

Descaminho. Habitualidade delitiva: inaplicabilidade do princípio da insignificância	150
Descaminho. Reiteração da conduta, por si só, não obsta objetiva e automaticamente a aplicação do princípio da insignificância.	152
(Não) reconhecimento do princípio da insignificância em casos de crimes de drogas	152
Aplicação do princípio da insignificância à conduta descrita como crime de responsabilidade de prefeito (possibilidade x impossibilidade)	155
Art. 1o, II, Decreto-Lei 201/1967: aplicabilidade	155
Art. 1o, VII, Decreto-Lei 201/1967: aplicabilidade (contratação isolada e excepcional de gari)	156
Art. 1o, II, Decreto-Lei 201/1967: inaplicabilidade	156
Reconhecimento do princípio da insignificância nos casos de crimes militares	157
Posse de entorpecente em local sujeito à administração militar: inaplicabilidade do princípio da insignificância.	158
Furto de celular de militar por colega no interior do alojamento de batalhão em que atuavam: inaplicabilidade do princípio da insignificância	159
Estelionato. Apresentação falsa de Declaração Provisória de Beneficiário do Fundo de Saúde do Exército (FUNSEx), visando ao atendimento médico-odontológico de sua mãe: inaplicabilidade do princípio da insignificância	160

Tentativa de subtração de celular de colega militar, avaliado em R\$ 95,00: inaplicabilidade do princípio da insignificância	161
Peculato-furto de munições de uso restrito das forças armadas: inaplicabilidade	161
Apropriação indébita de R\$ 2.645,00 no âmbito da administração pública militar: inaplicabilidade do princípio da insignificância	162
Peculato-furto de gêneros alimentícios, avaliados em R\$ 215,22, dentro de unidade de organização militar: aplicabilidade do princípio da insignificância	162
Princípio da insignificância e crimes de perigo	163
Posse de arma de fogo e de munições de uso restrito. Crime de perigo abstrato. Inaplicabilidade do princípio da insignificância	163
Porte de cinco munições de arma de fogo de uso permitido: inaplicabilidade do princípio da insignificância	164
Posse ilegal de munição de uso restrito. Única munição, guardada em casa. Aplicabilidade do princípio da insignificância.....	164
Crime de exploração clandestina de radiodifusão: inaplicabilidade do princípio da insignificância	165
Crime de exploração clandestina de radiodifusão: hipótese de cabimento do princípio da insignificância	169

Desenvolvimento de atividades de telecomunicação, consistente em difundir onerosamente sinal de internet, sem autorização, a cerca de 20 vizinhos: aplicabilidade do princípio da insignificância.....	170
Instalação de equipamento de retransmissão de sinal de televisão sem a devida autorização: inaplicabilidade do princípio da insignificância	171
Princípio da insignificância e crimes ambientais	172
Pescar em período no qual a pesca seja proibida. Critérios para a aplicabilidade do princípio da insignificância	172
Pescar em período no qual a pesca seja proibida. 12 camarões. Aplicabilidade.	172
Pescar em período no qual a pesca seja proibida. 25 quilos de peixes de espécies variadas. Atividade praticada em período de defeso e com petrechos proibidos para a pesca. Inaplicabilidade.....	173
Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente. Reincidência específica. Inaplicabilidade.....	173
Pescar em período proibido. Finalidade econômica. Inaplicabilidade.....	174
Pescar em período proibido. 120 quilos de pescados. Inaplicabilidade.....	174
Considerações Finais	175
Referência das Fontes Citadas	181